



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



**DIAGNÓSTICOS ANTIGOS, DILEMAS ATUAIS: PERSPECTIVAS PARA A
CAPRINOCULTURA NO NORDESTE SEMI-ÁRIDO DA BAHIA**

ANDRE SILVA POMPONET;

SEPLAN

FEIRA DE SANTANA - BA - BRASIL

aspomponet@ig.com.br

PÔSTER

Agricultura Familiar e Ruralidade

DIAGNÓSTICOS ANTIGOS, DILEMAS ATUAIS: PERSPECTIVAS PARA A CAPRINOCULTURA NO NORDESTE SEMI-ÁRIDO DA BAHIA

André Pomponet¹

RESUMO

A caprinocultura é uma atividade disseminada há séculos no nordeste semi-árido da Bahia. Contudo, até recentemente se restringia à dimensão da economia de subsistência, dadas as grandes dificuldades que impediam a elevação da produtividade. Nos últimos anos os governos estadual e federal promoveram investimentos em infra-estrutura, dotando a região de aguadas, cisternas e sistemas de abastecimento de água e reservas de pasto para produção de feno. Esses investimentos resultaram em ganhos na produtividade, mas permanece posto ainda o maior desafio: a profissionalização da atividade, que permita o acesso dos agricultores familiares aos mercados das grandes cidades, ofertando produtos diversificados e com maior valor agregado.

INTRODUÇÃO

Embora ainda não esteja entre os mais importantes segmentos econômicos do estado, a caprinocultura é uma atividade há séculos disseminada no nordeste semi-árido da Bahia. Nos últimos anos houve avanços significativos, com investimentos governamentais em infra-estrutura, voltados para consolidar a atividade entre os agricultores familiares.

Mas, em uma região em que as oportunidades econômicas são escassas em função de uma série de limitações, a caprinocultura se coloca como uma alternativa para a geração de emprego e renda capaz de induzir o desenvolvimento local. Para tanto, porém, é necessário que a atividade se profissionalize, modificando o caráter de subsistência que atualmente a caracteriza.

1 Economista e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

O objetivo do presente texto é apresentar uma análise não exaustiva da caprinocultura no nordeste semi-árido da Bahia, caracterizando o estágio atual e apontando as necessidades que se impõem na transição para a profissionalização da atividade e para o acesso aos mercados dos grandes centros urbanos.

Embora a delimitação seja imprecisa, considera-se como pólo caprinocultor do nordeste semi-árido a região que abrange os seguintes territórios de identidade: Sertão do São Francisco, Itaparica, Sisal, Piemonte do Itapicuru e semi-Árido Nordeste II (SEI/SEPLAN, 2007). A regionalização através dos territórios de identidade serviu para a elaboração do Plano Plurianual 2008-2011 e coincide com as regiões caprinocultoras definidas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2006).

A CABRA E O SEMI-ÁRIDO

Não existem informações precisas sobre quando as cabras foram introduzidas no nordeste semi-árido da Bahia. Domesticado pelo homem há cerca de dez mil anos, o animal provavelmente foi conduzido aos sertões baianos por expedições responsáveis pela expansão da pecuária bovina nos séculos XVI e XVII. Com efeito, o Vale do São Francisco, uma das primeiras regiões ocupadas para a criação de gado, ainda hoje concentra boa parte do rebanho caprino da Bahia, estimado em cerca de quatro milhões de animais, sendo que 80% do total estão na porção semi-árida da região (CONAB, 2006).

Numa região em que a pecuária de corte voltada para o abastecimento dos centros urbanos do litoral era a única atividade econômica relevante, a caprinocultura foi incorporada ao circuito da economia de subsistência. Assim, a criação de cabras se combinou aos cultivos de milho, feijão e mandioca, fornecendo proteína animal através da carne e do leite. Nos anos em que as estiagens arrasavam as plantações, as cabras estavam entre as únicas alternativas alimentares e, ao mesmo tempo, constituíam a única fonte de renda dos agricultores mais pobres. Nessas ocasiões, até mesmo o rebanho bovino era dizimado ou migrava para regiões onde houvesse reservas de pasto e água.

O segredo do sucesso da cabra no semi-árido baiano, diga-se de passagem, foi a excepcional capacidade de adaptação do animal às condições edafo-climáticas adversas. A região combina baixa precipitação pluviométrica anual (média de 800mm), elevadas

temperaturas médias anuais (entre 23 e 27 graus Celsius) e grande insolação, estimada em 2.800 horas por ano. Como dificuldade adicional, há a imensa irregularidade das chuvas: mesmo nos anos considerados normais, o ciclo chuvoso se estende por apenas três meses, em média e, quando há estiagem, essa às vezes se prolonga até por anos seguidos, tornando impraticável qualquer atividade agrícola e dizimando os rebanhos. Além da variabilidade temporal, o regime pluviométrico do semi-árido apresenta também expressiva dispersão espacial.

A rudeza do clima naturalmente se reflete sobre a vegetação semi-árida, cujo bioma é mais conhecido como caatinga. As plantas apresentam características xerofíticas, com folhas finas ou inexistentes e muitos espinhos, com estratos compostos por gramíneas, arbustos e árvores cuja altura oscila entre três e sete metros (IBAMA, 2007). Ao contrário do que se pensou durante muito tempo, a caatinga semi-árida apresenta uma grande diversidade de flora e fauna. Algumas plantas, como o mandacaru e o umbuzeiro, têm a característica de armazenar água em seu interior para enfrentar os períodos de seca.

Mas, mesmo com todas as dificuldades apontadas acima, o caprino adaptou-se à região. E prosperou, já que em 2004 dos 10 milhões desses animais existentes no Brasil, cerca de 93% estavam no Nordeste, sendo que 80% povoavam o semi-árido. Essa realidade não surpreende, já que aproximadamente 94% do rebanho mundial se encontram em países em desenvolvimento (CONAB, 2006). Castro (1984) ressalta essa imensa capacidade de adaptação, já que espécimes podem ser encontrados desde o alto e frio Himalaia até as quentes savanas africanas.

Combinada à capacidade de resistir às adversidades climáticas, a cabra apresenta outra grande virtude que, aos poucos, foi sendo percebida pela população do semi-árido: a sintonia com a atividade de subsistência praticada na região. Uma das vantagens é que a dieta alimentar do animal não rivaliza com a humana, principalmente no que se refere ao consumo de grãos (CAVALCANTI e SILVA, 1988). Assim, não há dependência das safras incertas que, por vezes, são incapazes de suprir até mesmo as necessidades da população. Outra vantagem é que caprinos e bovinos podem ser criados em regime de consórcio, já que nesse caso também não existe competição pela alimentação, pois as dietas são diferentes. Por fim, a criação pode ser consorciada ainda com os tradicionais

cultivos de milho e feijão, além da mamona e sisal (IDEM, 1988). Esses dois últimos, inclusive, são cultivados em regiões que constituem importantes pólos caprinocultores.

As vantagens apontadas acima deveriam tornar a cabra um animal amplamente valorizado no semi-árido há séculos. Infelizmente, porém, não foi esta a realidade. Conhecida pejorativamente como “vaca de pobre”, a cabra sempre foi objeto de injustificável depreciação, sendo inclusive associada ao demônio, ou sendo classificada como filha do demônio (CASTRO, 1984, p. 70). Esse preconceito não é exclusivo dos brasileiros, já que na Espanha, em 1826, determinou-se o extermínio desses animais sob a alegação de que eles prejudicavam as árvores. E nos Estados Unidos, quem se dedicava à criação de cabra leiteira era ridicularizado. Somente na França havia algum reconhecimento, pois o animal era conhecido como “vaca democrática”, por ser acessível até a população mais pobre (IDEM, 1984).

Note-se, conforme atesta o próprio Castro (1984), que o maior preconceito em relação à cabra leiteira partia principalmente dos grandes fazendeiros da região, que preferiam se dedicar à criação de gado. Entre os mais pobres, contudo, havia alguma valorização, pois muitos mantinham a chamada “cabra de corda”, animal doméstico responsável pelo fornecimento de leite para as famílias, principalmente para as crianças pequenas que não dispunham do similar bovino. Desses animais só se desfaziam em casos de extrema necessidade financeira.

Só nas décadas mais recentes a caprinocultura passou a ser objeto de atenção oficial. Isso quando se percebeu que o animal, adaptado às condições inóspitas da caatinga, poderia contribuir com o desenvolvimento da região, gerando oportunidades de negócios para as famílias mais pobres, colaborando para evitar os fluxos migratórios e constituindo importante fonte de proteína animal numa região em que a segurança alimentar ainda é um desafio.

É o que será discutido na seção seguinte.

DA CAPRINOCULTURA DE SUBSISTÊNCIA...

A caprinocultura passou ao largo dos grandes projetos de desenvolvimento para o Nordeste. Ao final da década de 1970, a situação no setor não era muito diferente da vigente em decênios anteriores. Em 1979, por exemplo, a população residente no nordeste da Bahia, principal pólo caprinocultor, enfrentava um conjunto de dificuldades

que restringia o desenvolvimento da região. A renda familiar era considerada muito baixa, as instalações sanitárias das residências eram muito precárias e o analfabetismo e o semi-analfabetismo eram comuns entre os chefes de família. Mesmo quem possuía alguma escolaridade não ia além do antigo curso primário (SEPLANTEC, 1979). O próprio governo baiano reconhecia deficiências nas áreas de saúde e de educação e a situação difícil em que viviam os agricultores familiares da região: residiam em casas pobres e mal-conservadas e os demais bens se restringiam a um chiqueiro rústico, uma aguada e um cercado onde se cultivava palma ou que era reservado para outros cultivos anuais (CEPLAB, 1980).

As limitações que afetavam o capital humano atingiam também a infra-estrutura. O estudo da SEPLANTEC (1979) diagnosticou que o número de cacimbas era insuficiente e a capacidade de reter a água nos escassos períodos chuvosos era baixa, problema que se tornava ainda mais dramático em função da evaporação elevada. Em geral, o número de áreas cercadas, aguadas, pastos artificiais e apriscos era reduzido, restringindo as possibilidades de desenvolvimento da atividade (CEPLAB, 1980).

A infra-estrutura viária também era ruim. Além de poucas, as estradas quase sempre eram apenas carroçáveis e as pavimentadas apresentavam estado ruim de conservação. À época, no nordeste da Bahia, somente duas rodovias eram asfaltadas: a BR 407, que corta a região na direção Norte-Sul e a BR 235, na direção Oeste-Leste. Essa última, porém, só tinha asfalto em um trecho de 130km, a partir de Juazeiro (IDEM, 1980). O Rio São Francisco, que poderia se constituir em via alternativa para o escoamento da produção era navegável em apenas alguns trechos (SEPLANTEC, 1979).

Como dificuldade adicional, os caprinocultores enfrentavam restrições referentes ao acesso ao crédito e à assistência técnica. Como muitos não apresentavam situação fundiária regular (viviam em propriedades cujo título de posse não detinham) o crédito bancário era negado. Ora, como o crédito era atrelado à oferta de assistência técnica, somente cerca de 1% dos produtores contavam com o assessoramento técnico (CEPLAB, 1980). O governo estadual, que poderia suprir a demanda, contava com apenas dois técnicos em Juazeiro.

A combinação das dificuldades apontadas acima implicava, por sua vez, em inúmeros vícios no manejo dos caprinos. Mantendo uma tradição dos séculos anteriores, a criação era praticada em sistema extensivo, com pouco ou nenhum controle sobre a mobilidade

dos animais. Essa mobilidade era facilitada pela ausência ou fragilidade das cercas, permitindo que os rebanhos vagassem pela caatinga em busca de alimento. A frouxidão dos limites das propriedades desestimulava os criadores a cultivar as plantas mais adequadas à alimentação dos caprinos, o que colaborava para empobrecer a flora e reduzir a produtividade.

Somente nos períodos de reprodução os criadores recolhiam os animais para os apriscos, quando outros problemas ficavam evidentes. Um deles era o próprio aprisco: construído sem qualquer cuidado, representava apenas um cercado de madeira sem cobertura. Outro era a promiscuidade decorrente do confinamento de animais de espécies diferentes, o que favorecia a proliferação de zoonoses e elevava a mortalidade. Não era raro se ver através da caatinga cabras com infecções decorrentes de partos e abortos, fraturas, bicheiras e até mesmo lesões decorrentes de ataques de outros animais, como onças (IBIDEM, 1979). A ausência de conhecimentos técnicos provocava pressões inclusive sobre o próprio meio-ambiente, pois o próprio CEPLAB (1980) diagnosticou a sobreexploração do espaço de pastoreio, degradando não apenas a vegetação, mas também as aguadas, com vermes e outros elementos patológicos.

Tantas dificuldades na etapa produtiva da cadeia naturalmente iam se refletir sobre a dimensão comercial. No início da década de 1980, somente dois produtos de origem caprina alcançavam alguma importância no mercado: a carne e a pele. A carne, conforme mapeamento posterior, era destinada ao autoconsumo (cerca de 13% da produção) ou à comercialização em municípios próximos (75% do total produzido). O restante era destinado ao mercado sergipano, que é próximo (CAVALCANTI E SILVA, 1988). Na cadeia comercial os atravessadores desempenhavam um papel importante, revendendo cerca de metade da produção e os próprios produtores encarregavam-se de comercializar 20% do total (IDEM, 1988). Até caminhoneiros envolviam-se com o negócio, comprando os animais vivos para revendê-los em Pernambuco, Sergipe, Alagoas e até mesmo em São Paulo (CEPLAB, 1980). Já a pele, embora considerada nobre, era subaproveitada por sofrer danos nas etapas de esfolamento e curtimento ou apresentava estragos decorrentes de infecções nos animais (IDEM, 1980).

Mas, mesmo com todos esses problemas, a caprinocultura seguia cumprindo a função relevante de conter os fluxos migratórios nos períodos de estiagem prolongada e constituindo parte importante da dieta da população semi-árida (CAVALCANTI E

SILVA, 1988). Quando a seca dizimava ou reduzia as colheitas de feijão, mandioca e milho, a caprinocultura assumia a condição de principal – ou única – fonte de renda das famílias mais pobres.

Contudo, à época, já existia a consciência de que a atividade precisava se profissionalizar para satisfazer a demanda potencial dos grandes centros urbanos. É o que começou a se estruturar, lentamente, nos quase trinta anos que se seguiram.

...À CAPRINOCULTURA DE MERCADO

Entre 1975 e 2003 o rebanho caprino brasileiro saltou de 7,1 milhões para 9,5 milhões de animais, um avanço de 35%. No Nordeste, esse salto foi de 36%, passando de 6,5 milhões de cabeças para 8,9 milhões, segundo dados do IBGE (apud MARTINS, GARAGORRY E CHAIB FILHO, 2006). Só a microrregião de Juazeiro detinha 1,6 milhão de animais, integrando ao lado de Itaparica (PE) e Campo Maior (PI) as três maiores microrregiões do país, que detinham 25% do rebanho nacional. Em 2004, a Bahia tinha 3,919 milhões de caprinos, ou 39% do total brasileiro, conforme já dito acima.

O dado mais animador, porém, é que a densidade de caprinos por quilômetro quadrado aumentou substancialmente nas maiores microrregiões produtoras no período considerado (IDEM, 2006). Em Juazeiro, por exemplo, o número de animais por quilômetro quadrado pulou de 14,32 em 1975 para 30,14 em 2003. Esse aumento de mais de 100% sinaliza uma substancial elevação da produtividade e é um indício de que grandes dificuldades enfrentadas há cerca de 30 anos foram sendo superadas. Uma análise das políticas governamentais implementadas no período reforçam esse raciocínio.

A primeira vez que a caprinocultura figurou no Plano Plurianual da Bahia ocorreu no período 1996-1999. Nele, previu-se incentivo à atividade através de cursos para produtores, assistência técnica e realização de pesquisas (BAHIA, 1995). No planejamento seguinte (2000-2003), o treinamento de produtores rurais no nordeste semi-árido e na região do São Francisco teve investimento estimado de R\$ 214 mil, mas incluindo a ovinocultura (BAHIA, 1999, p. 180). R\$ 8 mil foram destinados ao treinamento de técnicos e outros R\$ 8 mil foram aplicados em projetos de pesquisa (IDEM, 1999).

A caprinocultura só ganhou maior espaço no planejamento da Bahia, merecendo um programa exclusivo, no Plano Plurianual 2003-2007. Nele foi incluído o Programa Cabra Forte, que previu a intervenção do Estado na implantação de infra-estrutura hídrica e a capacitação de mão-de-obra para elevar a produção e a produtividade (BAHIA, 2003, p. 154-155). No final do período em que vigorou, o programa havia atendido cerca de 33 mil produtores de 50 municípios, envolvendo os governos estadual e federal, já que instituições com o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil foram mobilizados para ofertar recursos do Pronaf (SEAGRI, 2006).

Até agosto de 2006, o programa investiu na escavação de 7.599 cisternas – voltadas para fornecer água potável para família de pequenos produtores – 420 sistemas simplificados de abastecimento de água, 514 poços e foram construídas 37 barragens. Outra iniciativa foi a implantação de 100 hectares de pastagens, responsáveis pela produção de 40 mil fardos de feno por mês, sob gestão de uma cooperativa (IDEM, 2006). Outras medidas adotadas foram a disponibilização de assistência técnica para os 35 mil produtores cadastrados, a importação de 60 embriões de caprinos e ovinos e a aquisição de uma unidade móvel de sanidade animal, batizada como Bode Móvel (IBIDEM, 2006). Note-se que estes números incluem também produtores dedicados à criação de ovinos.

A ação mais original, porém, foi a incorporação da caprinocultura do semi-árido baiano ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estratégia integrante do Programa Fome Zero. Com o PAA, o governo federal adquire a produção de agricultores familiares com o propósito de gerar um fluxo de renda que permita ao produtor arcar com os custos de produção, reaplicar o excedente no negócio e, ao mesmo tempo, sustentar a família. A aquisição se dá através da Compra Antecipada com Doação Simultânea (CAEAF), formalizada com associações e cooperativas de agricultores familiares, que se comprometem a entregar os produtos diretamente na instituição beneficiada pelo contrato (CONAB, 2006, p. 8).

Na Bahia, dois produtos derivados da caprinocultura foram contemplados pelo PAA: o leite e a carne. Os contratos foram firmados com a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) e com a Associação dos Pequenos Produtores e Apicultores da Fazenda Santarém, no valor total de R\$ 1,097 milhão. Foram beneficiados 447 produtores nos dois municípios-sede das entidades: Valente e

Casa Nova. O detalhe é que o contrato com os produtores da Fazenda Santarém teve que ser alterado, já que as entidades beneficiadas com a aquisição da carne caprina não dispunham de *freezers* para conservar o produto. A solução encontrada foi substituir a carne por outros produtos (IDEM, 2006, p. 8).

Essas medidas, adotadas ao longo de quase 30 anos, colaboraram para estruturar a caprinocultura no nordeste semi-árido da Bahia, consolidando-a como uma das principais atividades de subsistência. Mas, em uma região que apresenta limites em relação à oferta de recursos naturais e que tem a caprinocultura como uma das principais atividades econômicas, é necessário ir além e estimular a profissionalização dos produtores e redirecionar seus esforços em direção ao mercado. Os efeitos de tal estratégia são óbvios: geração de emprego e renda com a consequente contenção dos fluxos migratórios em direção às grandes cidades e impulso à redução das acentuadas desigualdades regionais baianas.

As ações listadas acima se esgotaram à medida que a caprinocultura se estruturou com a citada elevação da produtividade. Fortalecer a atividade para que ela forneça produtos para os grandes centros urbanos regionais e até mesmo alcance as metrópoles do Sudeste exige a adoção de novas estratégias. Duas delas relacionam-se ao capital humano e impõem uma perspectiva temporal de longo prazo: uma é investir na elevação do nível educacional da população do nordeste semi-árido, que apresenta alguns dos piores indicadores sociais da Bahia, inclusive com analfabetismo ainda muito elevado. Esses investimentos em educação, portanto, não podem se limitar aos cursos e treinamentos esporádicos, cuja eficácia é comprometida pela baixa escolaridade dos produtores. A outra é impulsionar a organização dos produtores, incentivando a associação e a adoção de práticas cooperativas. A propósito, esse é um diagnóstico antigo, presente em estudos já citados promovidos pela CEPLAB (1980) e por Cavalcanti e Silva (1988).

Em relação à oferta de infra-estrutura, duas medidas urgentes são a construção ou reforma de frigoríficos que contribuam para reduzir o abate clandestino (problema muito presente na atividade) e a melhoria das rodovias que sempre apresentam condições precárias de conservação, embora a situação tenha evoluído desde o início da década de 1980. E, combinando capital humano e infra-estrutura, investimentos para a

diversificação de produtos derivados da caprinocultura, como a fabricação de embutidos, defumados e oferta de carnes com cortes padronizados.

Só que essas propostas exigem um cuidadoso dimensionamento de mercado que ainda está por se fazer. Os dois produtos mais valorizados da caprinocultura têm evidente espaço no mercado. O primeiro é a carne, que alcança preços elevados entre consumidores de grandes cidades baianas como Salvador e Feira de Santana. O segundo é o leite, que cientistas atestam ser muito mais saudável que o similar bovino, o que representa evidente vantagem para a saúde. O couro é outro produto muito aceito no mercado, principalmente pela existência de curtumes na Bahia, que até mesmo importam matéria-prima, em função da oferta insuficiente do mercado local.

O que também se impõe de imediato é a necessidade de qualificar o agricultor familiar no manejo da caatinga. Explorada ainda hoje de forma extensiva e sem preocupações em relação ao esgotamento dos frágeis recursos naturais, a caatinga pode sofrer danos irreversíveis ou cuja reversão pode ser onerosa demais. Danos impostos ao meio-ambiente hoje podem implicar em limitações para a caprinocultura amanhã. O manejo consciente dos recursos naturais em regiões com elevada pobreza é um importante mecanismo para a superação sustentada dessa situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caprinocultura no nordeste semi-árido da Bahia atingiu nos últimos anos um patamar em que obstáculos seculares à atividade estão sendo superados. Problemas como escassez de água e pasto para os animais, restrições no acesso ao crédito e à assistência técnica, ausência de infra-estrutura viária para escoamento da produção para os mercados próximos vão aos poucos sendo superados.

A questão é que as condições hoje estão mais adequadas apenas para a sustentação da caprinocultura como atividade de subsistência. O acesso aos mercados, principalmente dos grandes centros urbanos, é uma meta que exige um nível de profissionalização ainda não atingido, principalmente pelos agricultores familiares. Esse é o desafio sobre o qual devem se debruçar os planejadores governamentais.

Melhor organização dos produtores, acesso mais amplo ao crédito e à assistência técnica, diversificação da caprinocultura com maior agregação de valor aos produtos são propostas que vêm sendo apresentadas há muitos anos em relatórios técnicos e não constituem novidade. Ocorre, porém, que há alguns anos sequer a sustentabilidade como atividade de subsistência estava assegurada, o que já se desenha como uma realidade hoje.

Note-se que a caprinocultura contempla uma região pouco desenvolvida, com escassez de recursos naturais e favorece principalmente a população pobre e rural, com menores oportunidades de se emancipar de forma sustentada.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Governador, 2000-2003 (César Borges). **Plano plurianual 2000-2003: Bahia de todos os tempos.** Salvador: EGBA, 1999. 259 p. il.; tabs.

BAHIA. Governador, 1996-1999 (Paulo Ganem Souto). **Plano plurianual 1996-1999.** Salvador: EGBA, 1995. 257 p. i.; tabs.

BAHIA. Governador, 2004-2007 (Paulo Souto). **Plano plurianual 2004-2007: Bahia desenvolvimento humano e competitividade.** Salvador: EGBA, 2003. 311 p. il.; tabs.

BAHIA. Secretaria de Agricultura. **Programa Cabra Forte melhora a qualidade de vida dos pequenos produtores do semi-árido baiano.** Salvador, ago 2006. 13 p. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/resumo_cabraforte.pdf> Acesso em: 08 fev. 2008.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Subsecretaria de Ciência e Tecnologia. **Proposta para desenvolvimento da caprino - ovinocultura no Estado da Bahia.** Salvador: SEPLANTEC, 1979. 52 p. Convênio com a Associação dos Criadores de Caprino e Ovinos da Bahia.

CASTRO, Aristóbulo. **A Cabra.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984. 372 p.

CAVALCANTI, Ginaldo; SILVA, Reginaldo Camargo da. **Aspectos da caprino-ovinocultura na Região Nordeste: tecnologia, produção e comercialização.** Recife: SUDENE, 1988. 36 p.

CEPLAB. CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA. **Programa de apoio à caprino-ovinocultura no semi-árido da Bahia.** Salvador: CEPLAB, 1980. 50 p. il. (Programas e Projetos, 3)

CONAB. Superintendência Regional da Bahia e Sergipe. **Caprinocultura na Bahia.** Maio 2006. 13 p. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/sureg/BA/caprinocultura_na_bahia.pdf>

Acesso em: 23 fev. 2008.

SEI/SEPLAN. **Atlas dos territórios de identidade. Estado da Bahia.** Versão Preliminar. Salvador, 2007. CD-Rom.